

A geopolítica e o colonialismo aplicado ao arquipélago Malvinas 40 anos após o conflito de 1982

Rogério do Nascimento Carvalho¹

Oswaldo Luis Angel Coggiola²

Resumo: O presente artigo visa estabelecer uma reflexão do aniversário de quarenta anos do conflito das Malvinas (1982) e as repercussões sobre a destinação dos recursos econômicos do arquipélago Malvinas, território ultramar do Reino Unido, localizado no Atlântico Sul. O interesse do Reino Unido na região se verifica pela posição estratégica que projeta poder sobre terra no continente gelado e, ainda, a possibilidade de extração de petróleo, nódulos polimetálicos e gás, além do acesso a cardumes, o que concorre com recentes movimentos de militarização em torno da segurança do arquipélago. A arquitetura colonial imposta pelo Reino Unido através da aplicação de geopolítica singular que impede a integração com a América Latina tem relevância no campo das relações internacionais, visto estar integrada na reconfiguração da ordem mundial.

Palavras-chave: Reino Unido, Argentina, colonialismo, geopolítica.

Geopolítica y orden global: impacto de la tecnología en el siglo XXI

Resumen: Este artículo pretende establecer una reflexión sobre el 40 aniversario del conflicto de las Malvinas (1982) y las repercusiones en el destino de los recursos económicos en el archipiélago de las Malvinas, territorio de ultramar del Reino Unido, ubicado en el Atlántico Sur. El interés del Reino Unido en la región se verifica por la posición estratégica que proyecta poder sobre la tierra en el continente helado y, también, la posibilidad de extraer petróleo, nódulos polimetálicos y gas, además del acceso a los bajíos, lo que compete con los recientes movimientos de militarización en torno a la seguridad del archipiélago. La arquitectura colonial impuesta por el Reino Unido mediante la aplicación de una geopolítica singular que impide la integración con América Latina tiene relevancia en el campo de las relaciones internacionales, pues se integra en la reconfiguración del orden mundial.

Palabras clave: Reino Unido, Argentina, colonialismo, geopolítica.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina - Universidade de São Paulo (2019/2023). Mestre em Política e Estratégia Marítima do PPGEM da Escola de Guerra Naval. Possui graduação em Direito - Faculdades Integradas de Guarulhos (1999). Possui especialização em Direito Público pela Ordem dos Advogados do Brasil. Professor de direito internacional e prática jurídica da Faculdade de Direito de Caldas Novas- UNICALDAS. Estagiário da Escola Superior de Guerra do curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (2014).

² Graduado em Economia Política e História na Université ParisVIII (1979). É doutor em História Comparada das Sociedades Contemporâneas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1983). Atualmente professor titular da Universidade de São Paulo na área de História Contemporânea. Atua principalmente nos seguintes temas: marxismo, América Latina, movimento operário, capitalismo e socialismo. Autor de diversos livros, entre os quais "A Outra Guerra do Fim do Mundo".

Introdução

O arquipélago Falkland-Malvinas, quarenta anos após o conflito de 1982 é epicentro das relações internacionais entre Argentina e Reino Unido que não conseguem negociar bases sólidas com vistas a resolução definitiva das hostilidades que estão em ascensão. No presente artigo, o escopo utilizado busca elucidar o colonialismo presente na região e a geopolítica britânica como consequência direta da posição sustentada pelo Reino Unido em manter-se distante de qualquer discussão sobre transferência de soberania à Buenos Aires.

Estabelecido esse recorte, o artigo tem como objetivo geral elucidar a questão do colonialismo britânico no arquipélago Falkland-Malvinas correlacionando com os objetivos específicos que se posicionam na análise da geopolítica local, enfocando a importância do Atlântico Sul nas relações internacionais, assim como a ausência de integração com os países da América Latina.

Dessa feita, a hipótese a ser apresentada diz respeito a assertiva que leva o Reino Unido a majorar investimentos, notadamente de cunho militar e de infraestrutura diante da Argentina que não possui estrutura que possa se comparar. Qual o real risco dos britânicos com esse fato e suas repercussões na região.

Disto desprende que a problemática do artigo está em apresentar o papel do Reino Unido no arquipélago Falkland-Malvinas e em qual grau interfere no desenvolvimento da América Latina. Impacta, portanto, diretamente nas relações internacionais do continente, visto que se refuta o colonialismo imposto na região. Entretanto, o principal argumento do Reino Unido repousa na manifestação dos ilhéus que rechaçou qualquer tentativa de integração com a Argentina, haja visto a diferença substancial no modo de vida que separa do continente.

Busca-se, portanto, verificar como as vertentes são complementares e, mostram a face que impede administrar elementos de aproximação entre povos e a complexidade do tabuleiro geopolítico que conduz as relações internacionais de potências que, impelem integração regional em nome de sobrevivência no mundo em constante e profunda transformação.

Contribui o presente artigo para fomentar o debate e chama a atenção acerca da necessidade de aprofundamento das questões sensíveis sobre colonialismo e integração regional. Eventuais lacunas se mostram complexas devido ao desnível de poder entre as nações beligerantes que, para obter equilíbrio conclama apoios extrarregionais que pode contribuir para o agravamento de tensões de escala global em sede regional, o que dificultaria ainda mais o desenvolvimento da América Latina.

1 O colonialismo britânico aplicado no arquipélago Falkand-Malvinas

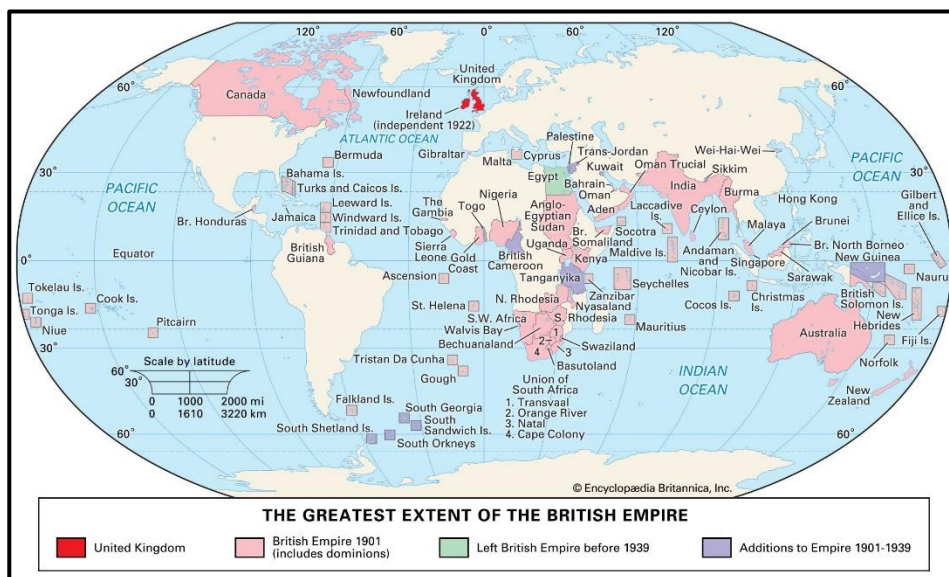
A conjuntura global girou em torno do Oceano Atlântico desde o século XVI, devido a expansão ultramar portuguesa e espanhola em busca de caminho alternativo às Índias Orientais, visando o escambo comercial de produtos e bens. Isso justifica a divisão do mundo pelo Tratado de Tordesilhas em 7 de junho de 1494 pelas potências da época que se utilizam do colonialismo como forma de explorar as novas terras e impor a lei europeia em demais continentes.

Com o advento da Revolução Industrial, permite a ascensão do Reino Unido na seara das nações e, com as necessidades estratégicas dos britânicos em obter controle das linhas de comunicação dos mares e pontos de reabastecimento (LUZZANI, 2022) faz com que o direcionamento ao investimento da *Royal Navy* possa dar suporte a Marinha mercante, responsável pelo comércio dos bens produzidos e, assim, multiplicar a dependência com a metrópole.

Por essa razão, se estabelece o controle das linhas do Atlântico Sul, através de ilhas e arquipélagos, que permite a triangulação com os demais continentes, o que permitiu conectar Londres até as colônias mais longínquas, como Hong Kong e possessões na Oceania. Luzzani (2022) sustenta que esse pensamento foi revisitado por Mahan ao estabelecer teoria que é objeto de estudo das marinhas do mundo tomando como exemplo o Reino Unido na qual primeiro dominou os mares para, em seguida, controlar o mundo.

No mapa abaixo, se denota a importância do arquipélago Falkland-Malvinas e as demais possessões no Oceano Atlântico como elemento de suporte a economia britânica que se traduziu no esplendor do Império no século XIX.

Figura 1 - Mapa a maior extensão do Império Britânico



Fonte: Britannica (2022)

Em virtude da complexidade que caracterizou a consolidação do Império Britânico, o instrumento que permite tal êxito, foi a implementação do sistema colonial que foi o elo de ligação para imposição de valores britânicos nos diversos continentes e permitiu o domínio que vai entrar em declínio após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Com a assunção dos Estados Unidos da América (EUA) e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do estabelecimento do período da Guerra Fria (1947-1991) a decisão das superpotências foi a de promover a descolonização em escala global dos antigos Impérios hegemônicos e, assim, galgar o processo de independência das antigas colônias, porém, reservado casos de territórios que ainda permanecem com as antigas potências, denominadas em 1946 pela Organização das Nações Unidas como potências administradoras de territórios não autônomos.

É oportuno destacar que na presente seara se encontra posicionado o arquipélago Falkland-Malvinas. A importância desse território envolve questões econômicas e estratégicas, sendo revisitado a partir de três eventos ocorridos no século passado (i) a crise do petróleo, que remaneja expectativas globais e abre crise sistêmica no mundo ocidental, incluindo o Reino Unido; (ii) o trabalho executado pelo Relatório Shackleton e pela *British Antarctic Survey* que culmina com a descoberta de recursos minerais no entorno do arquipélago; (iii) o conflito das Malvinas em 1982.

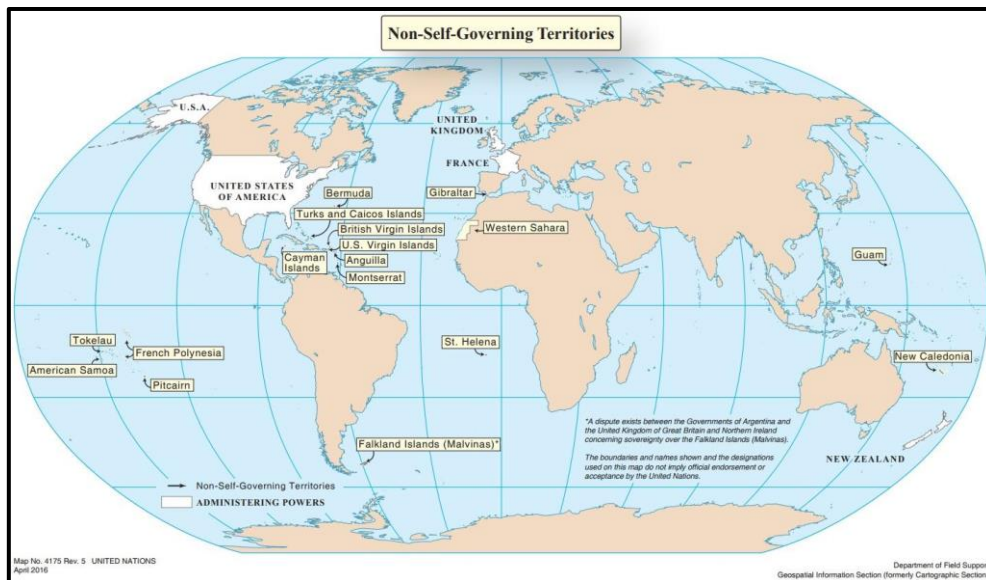
Carassai (2022) sustenta que a discordância entre os governos argentino e britânico já na década de 70 do século passado sobre a forma de pesquisa de recursos minerais na região e a imposição unilateral britânica de seguir sem apoio da ONU mostra a real disposição negativa

em prosseguir com negociações e, portanto, auxiliando para configurar a escalada de crise que culmina com o conflito em 1982.

A conexão entre ambos justifica o reforço de políticas colonialistas britânicas na região. Baseada na utilização de instrumentos que impedem a negociação com os argentinos, o Reino Unido busca manter a primazia da exploração dos recursos malvinenses, o que é vedado pelo direito internacional e priva a harmonia nas relações internacionais (KOHEN; RODRIGUEZ, 2017). Por isso, o debate que se impõe na presente contenda com a Argentina está calcada no resquício do Império Britânico que no século XIX impunha-se no globo.

À luz desta realidade torna-se imperativa a mudança, haja visto que a presença de potências extrarregião incomoda o processo de governança dos países latino-americanos uma vez que, ao elencarem a defesa de seus interesses, deslocam a integração continental. O estado da arte da literatura projeta perda de influência global da América Latina devido a presença do colonialismo na região. Dos 17 (dezessete) casos em estudo no Comitê de Descolonização da Organização das Nações Unidas, 10 (dez) envolvem o Reino Unido como potência administradora, conforme demonstra o mapa a seguir

Figura 2 - Mapa territórios não-autônomos



Fonte: Naciones Unidas (2020)

A análise do mapa acima ilustrado permite tecer considerações importantes no tocante a aplicação do colonialismo na América Latina. Em primeiro lugar, a concentração de territórios sob administração de metrópoles das potências ocidentais está no continente americano. Tanto no aspecto do Caribe quanto do Atlântico Sul a resposta está na mesma direção, qual seja:

controle de passagem oceânica seja do Canal do Panamá ou da passagem austral, o que implica presença inequívoca para incomodar o desenvolvimento da região e, assim, postergar a integração regional.

Impera, portanto, restringir ao Atlântico Sul a estratégia que o arquipélago em questão proporciona ao Reino Unido. Guglielmelli (1982) sustenta que a importância do território está alocada em três faces que se interconectam entre si, seja pelo viés político, econômico e militar. O controle do trânsito marítimo, segundo o mesmo autor não pode ser desprezado, tendo em vista a restrição de operações nos canais artificiais de Suez e do Panamá, ao qual navios de grande porte e que exigem maior profundidade para atender embarcações modernas que comportam maior capacidade de carga.

É nesse processo que se obtém vantagem de operacionalizar o colonialismo no arquipélago Falkland-Malvinas ao conceder aos britânicos a primazia de explorar a região. Para tanto, reserva Londres o poder sobre o território para atender a demanda que os canais artificiais possam não sustentar, por isso, a manutenção de decidir sobre defesa e relações exteriores, outorgando aos ilhéus autonomia relativa na esperança de atrair apoio em manter vínculos consistentes e, assim, afastar qualquer envolvimento com a Argentina é relevante para suas intenções.

Vale destacar que, muito embora a aplicação da geopolítica britânica tenha como premissa alienar para si a primazia dos recursos estratégicos com o fito de salvaguardar desenvolvimento do Reino Unido como grande potência, provendo-o de capacidades materiais no atual contexto global que opera em profundas transformações cuja ausência de liderança faz com que nações procurem se proteger detendo direitos naturais que, em via de regra, pertencem a outros Estados, neste caso, à Argentina.

2 A atuação da geopolítica britânica e a ausência de integração regional

As interfaces da geopolítica britânica estão além da manutenção de soberania do arquipélago. Há de impor no epicentro do presente debate a questão da militarização e de governança dos recursos arquipelágicos. Essa é a essência da barreira imposta pelo Reino Unido a integração com países da América Latina. Os recursos minerais existentes no arquipélago como lítio e nióbio podem assegurar vantagens comparativas com uso dual e de segurança estratégica no mundo que se encontra em convulsão e questionamento de liderança.

Ao adicionar ao presente trabalho os números expostos pela CEPAL se deduz, no tocante ao fluxo comercial do arquipélago dos últimos anos que a vinculação com o Reino

Unido é consistente e, ausente com a América Latina. Por essa razão, o estabelecimento consciente que veda a possibilidade de encadeamento mercantil prejudica a integração regional.

Tabela 1 - Balance Comercial do Arquipélago Malvinas

Superávít - Ano 2021		Déficit- Ano 2021	
Países	USD - mi	Países	USD - mi
ESP	212,48	GBR	-80,21
USA	12,34	GRE	-7,21
GER	5,13	NLD	-1

Superávít - Ano 2020		Déficit - Ano 2020	
Países	USD -mi	Países	USD -mi
ESP	204,62	GRE	-14,38
GBR	60,77	NLD	-0,73
USA	11,46	TUR	-0,56

Superávít - Ano 2019		Déficit - Ano 2019	
Países	USD-mi	Países	USD-mi
ESP	242,64	GBR	-74,17
USA	18,99	NLD	-14,08
MAR	9,22	SUI	-1,28

Superávít - Ano 2018		Déficit - Ano 2018	
Países	USD-mi	Países	USD-mi
ESP	192,15	GBR	-64,29
NAM	14,45	GRE	-7,74
USA	12,96	NOR	-2,89

Superávít - Ano 2017		Déficit - Ano 2017	
Países	USD-mi	Países	USD-mi
ESP	130,55	GBR	-53,41
USA	11,34	GRE	-12,89
NAM	6,97	NLD	-6,49

Fonte: CEPAL (2022)

De acordo com a tabela acima exposta, se denota a condução do comércio que envolve o arquipélago. O corte efetuado no período de 5 (cinco) anos e levando em consideração os 3 (três) maiores importadores e exportadores não se visualiza nenhum país latino-americano no rol de trocas mercantis com o arquipélago. Ademais, se constata concentração de superávit com a Espanha (país membro da União Europeia- UE) e, no déficit, com a Grã-Bretanha³. Muito embora esses números ainda refletem a condição preferencial que as possessões ultramarinas do Reino Unido gozavam das benesses do Tratado de Lisboa, com tarifas preferenciais aos países da UE. O desenvolvimento do arquipélago, para FIG (2019) é oriundo do recente aporte de recursos efetuado pelo aumento das trocas comerciais e que pode sofrer modificações nos próximos anos.

Com o processo do Brexit e saída do Reino Unido da UE, as preocupações das autoridades locais, segundo exarado em State (2019), buscam aprofundar diálogo com países da América Latina, com exceção da Argentina, preocupados com o destino das exportações que outrora tinham predominância do mercado europeu. Com esse documento, se deduz a necessidade de construir narrativa que possa fomentar a cooperação regional e, quiçá, integrar o arquipélago aos países da América Latina.

Entretanto, se assevera ressaltar que o fomento da integração regional tem como elemento essencial as trocas comerciais e através do exposto da tabela acima duas conclusões estão presentes. A primeira, ausência de países da América Latina seguida da alta concentração de importação de bens do Reino Unido. Sob essa ótica, os habitantes do arquipélago não se sentem próximos da região, o que explica em parte o sentimento de pertencimento britânico. A ausência, pensada propositadamente pelo Reino Unido contribui de maneira ostensiva para isolar o arquipélago do continente.

Santamarina (2022) sustenta que a participação econômica do Reino Unido no arquipélago atende a princípios de ocupação e presença, o que permite conectar os EUA que, por sua vez, corrobora com a presença britânica, tendo em vista cenário de atuação chinesa e russa na região.

Hodiernamente, o Reino Unido pratica desvio de comércio não promovendo atenção do arquipélago aos países latino-americanos. Dessa feita, não há equilíbrio capaz que possa protagonizar solução harmônica na região e, com isso, busca a Argentina apoio com potências

³ Cabe esclarecer que para a CEPAL o código utilizado é GBR, o que significa Grã-Bretanha. No caso do presente artigo, a nomenclatura utilizada é Reino Unido que, engloba além da Grã-Bretanha, a Irlanda do Norte.

como Rússia e China que encampam o reclamo portenho e se aproximam através de parcerias estratégicas, o que pode comprometer a solidez britânica no Atlântico Sul e Antártida.

Por fim, é importante ressaltar a capacidade que detém Argentina e Reino Unido no tocante ao investimento militar, sendo esse uma das expressões de poder cuja interface projeta modo de agir para a defesa de interesses das nações. No quadro abaixo, se visualiza a disparidade entre as nações, o que em certa medida, reflete as condições econômicas vividas pelos países. Entretanto, o discurso soberano precisa estar calcado em modernização de meios militares para que não haja diferenças ou imposições de narrativas na contenda aqui apresentada.

A confrontação entre Reino Unido e Argentina no tocante ao investimento em segurança e defesa em relação do Produto Interno Bruto (PIB). Há de se considerar, no entanto, que o raio de alcance de Buenos Aires está adstrito a suas fronteiras terrestres e marítimas, enquanto o Reino Unido possui projeção global, dado a necessidade de incorporar possessões ultramar com o fito de atender necessidades internas de ordem econômica, política e militar. Para Santamarina (2022), a militarização do Reino Unido tem correlação direta com desenvolvimento de logística, pesquisa e fomento de instalações militares.

Tabela 2 - Military expenditure by country a percentage of gross domestic product, 2015-2019

	2015	2016	2017	2018	2019
Reino Unido	1,9%	1,8%	1,8%	1,8%	1,7%
Argentina	0,9%	0,8%	0,9%	0,7%	0,7%

Fonte: SIPRI (2020)

O quadro acima demonstra a diferença representada pelo percentual de investimentos na correlação com as riquezas produzidas pelos países. Chama a atenção o viés de recuo, entretanto, conforme informa Otan (2022), os gastos em defesa dos países da aliança têm meta de atingir 2% (dois por cento) do PIB e o Reino Unido atinge no ano de 2021, representando o montante de \$ 42,2 bilhões de libras esterlinas, superior ao exercício anterior na ordem de \$2,5 bilhões de libras esterlinas. Entretanto, como fato portador de futuro, a projeção para o período de 2024-2025 pode atingir \$ 48,6 bilhões de libras esterlinas, o que demonstra a disposição de majorar investimentos na defesa do arquipélago nesse espaço temporal.

Em contrapartida, a Argentina, conforme dados extraídos de Statista (2022) teve, no ano de 2021 o investimento em defesa na ordem de USD 2.591 bilhões, ou seja, dezesseis vezes inferior ao dos britânicos. A disparidade se deve ao volume de atuações do Reino Unido no

globo, mas chama a atenção dois fatos: a) o incremento constante de Londres na defesa e a disponibilização financeira podem fazer com que a diferença venha a aumentar nos próximos anos, também em detrimento ao decréscimo argentino na relação com o PIB e; b) o reflexo da crise econômica argentina explica em parte o quadro de investimentos em defesa.

Dessa forma, a disparidade dos recursos das riquezas produzidas internamente dos países destinados a defesa soberana, mostra a fragilidade de Buenos Aires que, por sua vez, necessita do apoio continental. A aliança que os britânicos possuem com os EUA é sólida, o que auxilia a aproximação com a China e Rússia com a Argentina. Portanto, a aplicação da geopolítica britânica nas interfaces econômica e militar visa impor narrativa na região e afastar qualquer reclamo e consolidar o poder que detém na região. Porém, refuta a premissa britânica de majorar investimentos tendo em vista a conduta de Buenos Aires, visto que o país latino se encontra em dificuldades econômicas e a capacidade é diminuta, não estabelecendo comparações com o poderio britânico.

Times (2015) informa que o investimento britânico destinado ao arquipélago remonta a ordem de \$ 180 milhões de libras esterlinas no período entre 2015-2014 com vistas a repelir reaparelhamento da Argentina que, segundo o então Ministro de Defesa, Michael Fallon, o país portenho permanece como principal ameaça de soberania britânica na região. Mas o pano de fundo dessa preocupação de Londres reside no fato da Argentina buscar apoio com a China e Rússia que, ao oferecer cooperação militar pode aumentar as capacidades de ação no Atlântico Sul, o que demanda resposta eficaz das autoridades em Londres.

As dimensões que permeiam o uso da geopolítica britânica possuem o viés de assegurar benefícios a gerações de cidadãos do Reino Unido (HMG, 2021), por isso, o enfoque econômico atrelado à defesa tem, cada vez mais, o objetivo de proteger a soberania na região e, veicular sua imagem global. As reflexões atuais, haja vista comportamentos dinâmicos, de redefinição de papéis das potências que se encontram dispostas a disputar espaço marítimo no início desse século.

Depreende-se que, a geopolítica britânica busca elencar interesses que são contraditórios com a Argentina e com a América Latina. Nesse interim, corrobora Santamarina (2022) no desafio do governo argentino em fortalecer o poder marítimo no espectro de política externa que possa responder a agenda britânica na região, portanto, tornando indispensável promover desenvolvimento, levando em consideração estabelecer política de defesa aliando tecnologia e industrialização, para fomentar capacidades que levem a independência do país frente aos desafios impostos na contenda territorial.

Com base nos dados apresentados nesse trabalho, a reflexão a ser estruturada quarenta anos após o conflito de 1982 envolve a imposição de presença do Reino Unido no arquipélago ao mesmo tempo que busca construir narrativa negativa em relação à Argentina. Kohen e Rodriguez (2017) se referem a permanência da ocupação como nociva ao direito internacional tendo em vista a desconstrução paulatina de elementos históricos que, em tese, se utilizam indevidamente para justificar sua presença.

Por isso, Taiana (2021) cita a importância de defesa da Zona Econômica Exclusiva argentina e na consolidação da plataforma continental com alicerce na pesquisa científica. Entretanto, alerta o autor acerca da necessidade de compreensão das particularidades do mar e, na medida do possível, refutar potências estrangeiras em área marítima portenha.

Reorientar destino dos recursos econômicos do arquipélago é a tônica que Londres utiliza para desprezar a América Latina e, portanto, refutar integração regional. Essa afirmação está calcada pela análise cruzada dos dados de comércio (importação e exportação) e de posição geográfica dos territórios que são administrados pelo Reino Unido. O arquipélago se torna, portanto, elo fundamental que conecta possessões britânicas no exterior e auxilia no reordenamento do balance comercial-militar caso seja necessário em conflito futuro ao dar suporte tendo em vista as demandas no Atlântico Sul ou no continente gelado para defender interesses da coroa.

Nesse sentido, corrobora Romero (2022) que a política exterior argentina para a região, para ser eficaz, não pode sofrer rupturas mesmo em trocas de governos, se trata de política de Estado e deve ser consolidada para não se enfraquecer, devido a distância já apontada nesse artigo entre as nações beligerantes.

Para o desenvolvimento de tais capacidades se faz necessário majorar os investimentos em defesa em relação ao produto interno bruto. Dessa forma, a Argentina pode concorrer, em melhores condições, de impor suas leis na região e afastar os efeitos da política britânica secular na região. Da maneira em que se encontra, a análise geopolítica tende a beneficiar a potência colonial pela construção de arcabouço em diversas frentes nas quais a região ainda não consegue suplantar.

Considerações

O crescente interesse desses atores pode afetar a frágil estabilidade do Atlântico Sul que, somado a descoberta e exploração de recursos naturais pode marginalizar o processo de integração dos países da América Latina, visto que podem aderir a um dos lados das potências

presentes na região. Esse fato deve ser avaliado com cautela pelos países da região, pois deve afastar a ideia de integração devido ao comprometimento com as estruturas que são incompatíveis entre si.

Não existe opção melhor que a integração regional coordenada pelos próprios países latino-americanos onde se busca manter a soberania e desenvolvimento harmônico. Os demais atores, por melhores intenções que possam demonstrar, não estarão dispostos a fomentar a ideia do progresso sem antes assegurar a exploração econômica. Acontece que, por várias razões eventuais benesses podem ser armadilhas cujos países latino-americanos, presas vulneráveis, podem ceder soberania ou abrir demasiadamente seu espaço vital atendendo interesses externos.

No que tange aos resultados, o presente trabalho buscou demonstrar que a intenção de potências extrarregião exclui a prerrogativa das nações latino-americanas em promover seu próprio destino, desprotegendo o continente que pode ser alvo de conflito a ser transportado das sedes de poder. O movimento exploratório por riquezas, pontos avançados de observação servem como escudo para garantir a partilha do continente gelado em futuro próximo.

Nesse sentido, cumpre o presente artigo na análise do objetivo geral em explicar o porquê do colonialismo britânico e, em qual medida sua presença induz ao comportamento geopolítico de assegurar primazia com a região cujas práticas afastam países da América Latina. A reserva de poder é fator de periculosidade entre vizinhos que enxergam perigo de conflito pela militarização do Reino Unido na região, visto ser o responsável pela defesa do arquipélago.

No mesmo sentido, a hipótese apresentada na introdução é confirmada pela demanda de investimentos e centralização de comércio, o que envolve desvio de comércio e abertura de oportunidade com países da América Latina. O risco, portanto, do isolamento do arquipélago significa encarecimento no transporte de bens e auxílio remoto, o que eleva significativamente custos ao contribuinte britânico que opera na defesa do arquipélago e ao destino dos bens extraídos na região que ficam tolhidos por ausência de infraestrutura e de estabelecimento de parcerias com o continente americano.

Merece ser destacado, entre outros, a presença secular do Reino Unido, que dispensa atenção especial ao colar de ilhas no Atlântico Sul, em especial ao arquipélago Falkland-Malvinas que serve para controle de rotas marítimas e aperto da marinha mercante e, no presente momento utiliza-se para defender interesses na Antártida.

A projeção de poder naval de potências como o Reino Unido tentam barrar o crescimento da influência chinesa que sinaliza com investimentos de grande monta para seduzir

os países em corroborar com a gigante estrutura logística capitaneada por Pequim. Por outro lado, a Rússia se coloca na região aproximando-se dos países e instalando empresas de armamento, protegendo aliados políticos locais e, assim, fragmentando o poder americano em seu quintal.

A ideia explorada diz respeito a importância de dar visibilidade ao tema que é pouco debatido na sociedade latino-americana, assim como chamar a atenção as controvérsias da questão Malvinas e suas interconexões com o Atlântico Sul e Antártida.

Bibliografia

BRITANNICA. British Empire. Home. Geography & Travel. **Historical Places**. Aug 14, 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/British-Empire>. Acesso em: 29 Ago 2022.

CARASSAI, Sebastián. **Lo que sabemos de Malvinas**: las islas, su gente y nosotros antes de la guerra. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo veintiuno Editores Argentina, 2022.

CEPAL. **SIGCI - Sistema Gráfico de Comércio Internacional**. Santiago do Chile, 2019.

FALKLAND ISLANDS GOVERNMENT. Policy and Economic Development Directorate. **Socio-economic impacts of oil & gas development in the Falkland Islands**. Outubro de 2019. Disponível em: <https://www.fig.gov.fk/policy/component/jdownloads/send/5-reports-and-publications/139-socioeconomic-impacts-of-oil-gas-development-in-the-falkland-islands-employment-and-population-growth-a-wider-perspective>. Acesso em: 29 ago 2022.

GUGLIAMELLI, Juan E. La Guerra de Malvinas. Falsos supuestos políticos conducen a la derrota. **Estrategia 71-72**. Buenos Aires: Instituto Argentino de Estudios Estratégicos y de las Relaciones Internacionales. Abril-septiembre 1982.

HER MAJESTY'S GOVERNMENT. **Global Britain in a competitive age**. London: Her Majesty's Stationery Office, 2021.

KOHEN, Marcelo G.; RODRIGUEZ, Facundo. **Las Malvinas entre el derecho y la historia**: refutación del folleto británico. Mas allá de la historia oficial. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Eudeba, 2017.

LUZZANI, Telma. La presencia de las potencias del norte en la región. In: FILMUS, Daniel et al. **Malvinas, Antártida y Atlántico Sur**: Geopolítica, soberanía e desarrollo en el siglo XXI. Buenos Aires: Editorial Fedun, 2021, p. 31-45.

NACIONES UNIDAS. Las Naciones Unidas y la descolonización. Territorios no autónomos. 17 Ago 2020. Disponível em :< <https://www.un.org/dppa/decolonization/es/nsgt>>. Acesso em: 30 Ago 2022.

OTAN. Defence Expenditure of NATO Countries (2014-2021). 31 mar 2022. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_193983.htm. Acesso em: 05 set 2022.

ROMERO, Agustín M. **La Cuestión Malvinas**: uma hoja de ruta. Herramientas para la política exterior argentina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Eudeba, 2020.

SANTAMARIA, Bernadino. Malvinas, Atlántico Sur y el desafío de (re)pensar una estrategia nacional en un mundo cambiante. **Revista Enclave**. Vol 1, n. 1. Julio 2022. Disponível em: <https://fundacionmeridiano.com/enclave-malvinas-multidimensional/>. Acesso em: 01 set 2022.

SIPRI. **Military expenditure by country as percentage of gross domestic product, 1988-2019**. Apr 2020. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/Data%20for%20all%20countries%20from%201988%E2%80%932019%20as%20a%20share%20of%20GDP.pdf>. Acesso em: 21 ago 2022.

STATE of the Falkland Islands Economy 2018. Fevereiro de 2019. **Falkland Islands Government**. Disponível em: <https://www.fig.gov.fk/policy/component/jdownloads/send/5-reports-and-publications/123-state-of-the-falkland-islands-economy-2018>. Acesso em: 15 ago 2022.

TIME. Here's Why U.K.-Argentina Tensions are Rising Again Over the Falklands. **World**. Disponível em: <https://time.com/3756057/britain-argentina-falklands-threat/>. Acesso em: 06 set 2022.